

IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS DA *INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARD (IFRS) 18*: UMA DISCUSSÃO À LUZ DA TEORIA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS

BRUNO BARBOSA DE SOUZA

Universidade Federal de Uberlândia

JÚLIA VIEIRA REIS

Universidade Federal de Uberlândia

GILBERTO JOSÉ MIRANDA

Universidade Federal de Uberlândia

RICARDO ROCHA DE AZEVEDO

Universidade Federal de Uberlândia e FEA-RP/USP

Resumo

A divulgação da IFRS 18 tem impactado diversos *stakeholders*, mas ainda há pouca atenção às suas implicações educacionais, uma vez que as normas contábeis são produzidas primordialmente para a prática profissional e não com foco pedagógico. Este estudo buscou compreender como a IFRS 18 se configura enquanto gênero discursivo e quais são suas implicações em termos educacionais. Foram analisados documentos emitidos pelo IASB e *comment letters* de diferentes *stakeholders*, utilizando a Teoria dos Gêneros Discursivos como base analítica. Nos documentos oficiais, o Propósito Comunicativo predominante é informativo e explicativo, sem caráter educacional explícito. O Evento Comunicativo apresenta intertextualidade, evidenciando uma rede textual que constrói sentido. Quanto à Comunidade Discursiva, destacam-se entidades e preparadores de informações financeiras, enquanto a academia tem participação reduzida, revelando uma lacuna no envolvimento de professores e pesquisadores. Já nas *comment letters*, observou-se que o principal propósito é influenciar a versão final da norma, com um discurso formal e tecnicamente estruturado. Os resultados ampliam a compreensão teórica sobre a IFRS 18 ao incorporar a dimensão educacional, tradicionalmente negligenciada nas discussões sobre seus impactos. Assim, a pesquisa sugere que reguladores e instituições acadêmicas devem reconhecer e integrar as implicações pedagógicas das normas contábeis, promovendo estratégias de ensino que fortaleçam a compreensão crítica e discursiva dos futuros profissionais contábeis.

Palavras-Chave: IFRS 18. Normas Contábeis. Gêneros Discursivos. Educação Contábil.

1. Introdução

Em abril de 2024, o normatizador internacional *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu a *International Financial Reporting Standard (IFRS) 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements*, substituindo a norma internacional anterior *International Accounting Standard (IAS) 1*, com o objetivo de aprimorar a estrutura de apresentação das demonstrações financeiras (IFRS Foundation, 2024a). Essa norma entrará em vigor a partir de janeiro de 2027 e mudará a classificação de receitas e despesas, na obrigatoriedade de subtotais padronizados e na divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, dentre outros aspectos (Salotti, 2024).

A literatura sobre a IFRS 18 já aponta que a norma representa um avanço na comparabilidade entre empresas e busca reduzir a diversidade de formatos na apresentação de

informações financeiras. Czajor (2024) argumenta que a introdução de subtópicos padronizados no demonstrativo de resultado melhora a capacidade dos investidores de analisar o desempenho das empresas. No entanto, a norma também apresenta desafios, como a falta de padronização na definição de medidas alternativas de desempenho e o risco de interpretações divergentes na prática contábil (Grant Thornton, 2024).

Além dos impactos em termos práticos da norma, cabe analisar também o impacto da IFRS 18 no ensino da contabilidade. A educação contábil enfrenta o desafio de se adaptar às mudanças nas normas, garantindo que os alunos tenham capacidade de aplicá-las na prática profissional (Jackling, 2013). O mesmo cenário foi observado quando da convergência das normas internacionais de contabilidade em 2010, em que também se discutiu sobre o desenvolvimento, a aplicação e as implicações dessas normas também para educadores contábeis (Jackling, 2013).

Nesse sentido, Bolzan et al. (2020) discutem as dificuldades enfrentadas tanto por docentes quanto discentes no ensino e aprendizado de contabilidade decorrentes desse processo de convergência. Uma dessas dificuldades se refere ao tempo de assimilação de novos conceitos, ou reaprendizagem de assuntos que já estavam consolidados em sua estrutura cognitiva (Bolzan et al., 2020). Entende-se que o mesmo pode ocorrer com a implantação da IFRS 18.

A forma como as normas contábeis são comunicadas no ensino acadêmico pode ser estudada sob a ótica da Teoria dos Gêneros Textuais Discursivos. Segundo Bezerra (2023), os gêneros discursivos estruturam a comunicação em diferentes contextos sociais e influenciam a maneira como as informações são organizadas e transmitidas. No caso da IFRS 18, sua formulação enquanto norma contábil segue uma estrutura específica que precisa ser atendida tanto pelos profissionais da área quanto pelos estudantes em formação. Assim como ocorre em outros gêneros discursivos, a norma se configura como um instrumento de comunicação que exige um processo de letramento específico para sua plena assimilação e aplicação.

Flores (2024) apresenta alguns pontos de atenção em relação à norma que podem ter repercussões a nível educacional. Um deles está relacionado com a operacionalização de alguns conceitos, especialmente quando envolve a distinção entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento (Flores, 2024). Além disso, a IFRS 18 redefine o conceito de lucro operacional, delimitando-o como o resultado das atividades que não se enquadram nas categorias de investimento ou financiamento (Lee, 2024). Essa mudança pode gerar dificuldades na interpretação e aplicação do conceito por parte dos estudantes e profissionais, especialmente porque difere da definição utilizada em algumas jurisdições nacionais, como a Coreia do Sul, onde a norma pode reduzir a utilidade da informação contábil para investidores (Lee, 2024).

Outro aspecto relevante diz respeito à percepção dos diferentes públicos envolvidos na IFRS 18 e à sua assimilação no ensino da contabilidade. Do ponto de vista interno, os responsáveis pela elaboração das normas precisam compreender e aplicar a IFRS 18 de maneira consistente, garantindo sua conformidade com as exigências regulatórias (IFRS Foundation, 2024). Do ponto de vista externo, analistas financeiros e demais usuários das projeções financeiras deverão interpretar corretamente as novas classificações e medidas de desempenho para evitar distorções na análise das empresas (Czajor, 2024).

Entretanto, a literatura ainda carece de discussões sobre como a formação acadêmica e a capacitação profissional podem preparar diferentes públicos para compreender e aplicar a IFRS 18, bem como as normas contábeis em geral, de maneira eficaz. A falta desse enfoque no ensino da norma pode representar um obstáculo tanto para estudantes em formação nas universidades quanto para profissionais já atuantes no mercado.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo verificar como os documentos produzidos pelo IASB em relação à IFRS 18 se caracterizam enquanto um gênero discursivo, bem como as implicações em termos educacionais. A pesquisa foi desenvolvida por meio da análise da IFRS 18 e os documentos complementares emitidos pelo IASB (*Feedback Statement, Basis for Conclusions e Effect Analysis*) visando identificar as suas características de gênero discursivo e o potencial de aplicação em contextos educacionais, e pela análise das percepções e contribuições dos *stakeholders* expressas nas *Comment letters* recebidas durante a tramitação da IFRS 18 no normatizador internacional, identificando de que maneira essas manifestações evidenciam implicações educacionais contábeis.

A pesquisa busca contribuir para a literatura ao abordar um aspecto pouco explorado, que é o impacto das normas IFRS no ensino da contabilidade, relevante pois a maioria dos estudos atuais concentra-se nos desafios da implementação das normas por parte das empresas (Salotti, 2024), deixando de lado sua aplicabilidade no contexto educacional.

2. Referencial Teórico

2.1 Teoria dos Gêneros Discursivos

A Teoria dos Gêneros Discursivos tem raiz em aspectos da área de comunicação e da linguagem. A comunicação é inerente ao ser humano e se dá por meio da linguagem, recurso pelo qual os humanos escrevem, interpretam, exprimem sentimentos e opiniões e interagem (Santos et al., 2021). Focando-se na linguagem escrita, devido às diversas possibilidades de se executá-la, emergem diversos gêneros discursivos, que são os diferentes formatos de se viabilizar um texto.

Bezerra (2023) argumenta que os gêneros discursivos são construídos a partir de um contexto em que se dá comunicação. O autor cita o exemplo do gênero “requerimento”, em que, se um estudante tiver que preencher um requerimento para solicitar algum documento em universidade, é comum que se saiba que esse tipo de texto contenha elementos para que ele deixe claro o que deseja e por que deseja tal documento, ou seja, geralmente o requerimento possui opções previstas para assinalar o tipo de documento solicitado e um campo em aberto, com algumas linhas para preencher com o motivo da solicitação. Assim, o requerimento é um exemplo de gênero que mostra como se dá a comunicação entre o estudante e a universidade de modo formal (Bezerra, 2023).

Nesse sentido, a Teoria dos Gêneros Discursivos busca entender como as práticas de linguagem são organizadas em diferentes contextos sociais e como elas refletem as expectativas e normas de uma comunidade discursiva (Bezerra, 2023). Um gênero discursivo pode ser entendido como uma forma fixa de comunicação que surge e se mantém dentro de um determinado contexto social e histórico (Santos et al., 2021). Cada gênero possui uma estrutura específica, que é reconhecida por seus participantes e cumpre uma função comunicativa.

Nesse contexto, algumas pesquisas investigaram alguns gêneros discursivos específicos em seus contextos. Ballagó (2023) investigou gêneros como “receita de alimentos” e “resenha de livros”, concluindo que, no caso das receitas, aquelas escritas por leigos e profissionais não têm uma estrutura discursiva diferente, existe uma estrutura discursiva muito clara no gênero, e quanto às resenhas, as escritas por leitores leigos diferiram significativamente daquelas escritas por críticos profissionais em termos de estrutura discursiva, mostrando uma separação entre dois gêneros mais específicos: resenha de livros amadora e crítica profissional.

Além disso, Araujo (2024), por exemplo, identificou que, no jornalismo, o meio de divulgação pode interferir no gênero discursivo utilizado. A autora identificou diferenças entre reportagem de *site* (*cyber-reportagem*), reportagem de jornal e reportagem de revista. Esses

estudos mostram as nuances do contexto em que o gênero está inserido (Araújo, 2024), bem como a importância do emissor da mensagem para a estrutura do gênero (Ballagó, 2023).

Swales (1990) argumenta que os gêneros não são apenas estruturas linguísticas, mas também ações sociais utilizadas por grupos especializados para construir e compartilhar conhecimento. A abordagem do autor analisa como os gêneros emergem dentro das comunidades discursivas para atender a propósitos comunicativos específicos. A Tabela 1 resume três conceitos

Tabela 1

Conceitos Principais da Abordagem de Swales para o Estudo dos Gêneros Discursivos

Conceitos	Aspectos Gerais
Propósito Comunicativo	- Função social dos gêneros e os objetivos que eles cumprem. - O propósito comunicativo influencia como o texto será produzido e interpretado.
Evento Comunicativo	- Forma e estrutura do discurso dentro de um contexto social. - Organiza e tipifica a comunicação em categorias reconhecíveis.
Comunidade Discursiva	- Grupo de pessoas que compartilham objetivos comunicativos e utilizam gêneros específicos para interagir. - O ambiente e os participantes que legitimam e utilizam os gêneros. - A comunidade define os critérios de aceitação e reconhecimento do texto.

Fonte: Elaborado pelos Autores, com base em Bezerra (2023)

Bezerra (2023) também discute como, no mundo acadêmico, os gêneros se organizam não apenas isoladamente, mas em redes, isto é, por meio de relações intertextuais dinâmicas e multidirecionais e apresentações orais, artigos, resumos, teses e demais textos, e em cadeias, sequências cronológicas e contingentes de gêneros necessárias à realização de uma atividade social, como a participação em um evento científico. Ao mapeá-los dessa forma, fica evidente que nem todos os gêneros têm igual visibilidade: enquanto os gêneros de prestígio (artigo publicado, resumo em anais) são públicos e altamente valorizados, os gêneros de apoio (cartas de submissão, pareceres, respostas a pareceres) permanecem “ocultos”, mas são essenciais para validar e dar suporte à produção do conhecimento. A Tabela 2 sintetiza esses quatro conceitos e suas implicações para o ensino de gêneros.

Tabela 2

Redes e Cadeias de Gêneros Acadêmicos: Gêneros de Prestígio e Gêneros de Apoio

Conceito	Descrição
Redes de Gêneros	Relações intertextuais estabelecidas entre diferentes gêneros em um mesmo campo de atividades, que evidenciam a dinâmica comunicativa sem uma sequência fixa — por exemplo, a transformação de uma apresentação oral em artigo de pesquisa ou de um recorte de tese em capítulo de livro (Swales, 2004).
Cadeias de Gêneros	Sequência cronológica e obrigatória de gêneros mobilizados para viabilizar uma atividade social específica, como a participação em um evento acadêmico (chamada de trabalhos → inscrição → resumo → carta de aceite → apresentação → artigo) (Swales, 2004).
Gêneros de Prestígio	Gêneros públicos, oficiais, visíveis e dotados de alto valor simbólico, como o artigo publicado em anais ou periódico científico, que constituem os elos mais prestigiados em redes e cadeias de gêneros (Swales, 1996).
Gêneros de Apoio	Gêneros invisíveis ou “ocultos”, de baixa visibilidade pública e frequentemente confidenciais, que operam nos bastidores para apoiar e validar a construção do conhecimento — por exemplo, cartas de submissão, pareceres e respostas a pareceres (Swales, 1996).

Fonte: Adaptado de Bezerra (2023)

Um outro ponto de destaque que envolve a teoria é a tríplice pedagogia de Amy Devitt (2009), que recorre a uma metáfora da física para propor três enfoques complementares no

ensino de gêneros: (a) partícula, enfocando gêneros específicos como unidades discretas e suas convenções formais; (b) onda, ressaltando os gêneros antecedentes e os processos intertextuais que permitem a aprendizagem de novos gêneros; e (c) campo, considerando os contextos sociais, culturais e ideológicos em que os gêneros circulam. Essa abordagem visa desenvolver nos estudantes uma consciência crítica capaz de articular estruturas textuais, dinâmicas históricas e valores sociais inerentes aos gêneros discursivos. Os conceitos estão resumidos na Tabela 3.

Tabela 3

Triplíce Pedagogia para o Ensino de Gêneros: Partícula, Onda e Campo

Conceitos	Descrição	Objetivo
Partícula	Enfoque em gêneros específicos como “coisas” isoladas, com atenção às suas características formais e estruturais.	Aprender a identificar e produzir gêneros particulares, dominando suas convenções textuais.
Onda	Enfoque nos processos e gêneros antecedentes que servem de base para a produção de novos gêneros, evidenciando relações intergêneros.	Aprender a apoiar-se em gêneros familiares para criar gêneros novos, reconhecendo suas interdependências.
Campo	Enfoque nos contextos sociais, culturais e ideológicos que moldam o uso e a recepção dos gêneros, desenvolvendo consciência crítica.	Desenvolver a capacidade de criticar, adaptar e modificar gêneros conforme diferentes contextos.

Fonte: Adaptado de Devitt (2009)

No contexto da presente pesquisa, as normas contábeis são entendidas como um gênero discursivo, com características próprias e um contexto histórico e social que justifica sua relevância enquanto ferramenta de comunicação. Souza et al. (2025) afirmam, por exemplo, que a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, documento que suporta as diversas normas contábeis, não foi pensada para propósitos educacionais, porém ela é utilizada nesse contexto comunicativo. Isso talvez represente um paradoxo da função desse gênero discursivo. É sob essa lente que a investigação acerca da disposição dos conceitos na IFRS 18 se dará.

2.2 International Financial Reporting Standard (IFRS) 18

O *International Accounting Standards Board* (IASB) é a instituição responsável por desenvolver e divulgar normas contábeis de modo que seja aplicável por organizações em âmbito mundial (Jackling, 2013). Dentre essas normas, as regras de preparação e apresentação de demonstrações financeiras são cobertas pela IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (IFRS Foundation, 2024), que no Brasil atualmente é abrangido pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC) 26, em vigor desde 2011 (CPC, 2011).

Essa norma em específico foi divulgada em 1997 a nível internacional, e sofreu algumas alterações ao longo dos anos, sendo elas 2007, 2011 e 2014, a fim de atender demandas dos usuários da informação contábil e das mudanças do ambiente econômico (Czajor, 2024). Entretanto, diante de diversas necessidades de outras revisões na IAS 1, em conjunto com a IAS 7, que trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), surgiu uma nova norma em 2024, a IFRS 18, que consolida as regras de Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras (Czajor, 2024).

O objetivo da norma é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informações em demonstrações financeiras para ajudar a garantir que elas forneçam informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas das organizações (IFRS Foundation, 2024). A estrutura da norma cobre as

diversas demonstrações contábeis, de modo que apresenta e atualiza alguns aspectos abordados da IAS 1.

Salotti (2024) ressalta que as considerações gerais da IAS 1/CPC 26 continuam presentes na nova norma, porém, não exatamente no mesmo formato. Ou seja, muitos dos requisitos do IAS 1/CPC 26 continuarão a valer, porém, agora fazendo parte da IFRS 18 (Salotti, 2024). Como principais mudanças, Salotti (2024) destaca: a forma de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, as medidas de desempenho da administração, a apresentação do *goodwill* no Balanço Patrimonial, que deverá ser em conta separada do ativo intangível e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que passarão a iniciar pelo lucro operacional. A literatura sobre a norma se debruça acerca das implicações dessas mudanças, como se pode observar nos parágrafos seguintes.

Lee (2024), após analisar dados de 31 países, incluindo os Estados Unidos e países europeus entre 1997 e 2019, verificou que a apresentação do lucro operacional com a IFRS 18 tende a tornar a representação do desempenho operacional mais conservadora, pois limita a descrição da administração na classificação do seja operacional ou não (Lee, 2024). Antes da IFRS 18, o lucro operacional era determinado pela dedução do custo dos produtos vendidos e despesas de vendas e administrativas da receita de vendas; com a mudança, ele não deve mais ser calculado diretamente a partir das receitas e despesas operacionais, e sim um item residual, sendo a diferença entre o resultado total, subtraído pelos itens de investimento e financiamento (Lee, 2024). Com essa mudança o lucro operacional perde um pouco de relevância e utilidade (Lee, 2024).

Neves (2024) cita alguns desafios e oportunidades enfrentados pelas empresas brasileiras na adoção da IFRS 18. Como desafios, são discutidos os obstáculos legais, devido aos requisitos descritos na IFRS 18 divergirem das disposições da Lei das Sociedades por Ações; a necessidade de as empresas alinharem suas práticas existentes de relatórios financeiros com os requisitos do novo padrão; e a viabilidade da implementação dado que no Brasil muitos serviços contábeis são terceirizados (Neves, 2024). Como oportunidades, foi observado que as empresas podem adotar medidas proativas, como planejamento antecipado, para reduzir riscos de não estar em conformidade com a norma a tempo da sua vigência; também é tido como oportunidade o fato de as empresas terem a chance de melhorar a comparabilidade e a transparência de suas demonstrações financeiras, alinhando-as com as melhores práticas internacionais (Neves, 2024).

Czajor (2024) realizou uma revisão da literatura científica, além de analisar normas contábeis, relatórios financeiros e outros documentos relevantes, para discutir as principais mudanças introduzidas pela IFRS 18. Verificou-se que o intuito principal das alterações é aumentar o valor das informações disponibilizadas para os investidores e melhorar cada vez mais as demonstrações contábeis, deixando-as mais transparentes (Czajor, 2024). Entretanto, o autor alerta que é ingênuo achar que IFRS 18 seja o fim das mudanças na estrutura e no conteúdo das demonstrações financeiras.

Alves (2021) também aborda sobre diversos grupos de interesse em relação às normas contábeis. Ao avaliar os efeitos provocados pela atuação dos grupos de interesse sobre a mudança do conceito do ativo promovida na Estrutura Conceitual, a autora concluiu que os reguladores e profissionais contábeis podem ter tido maior influência na construção do conceito, uma vez que apresentaram o maior nível de concordância com as propostas discutidas. O processo de implantação de uma norma contábil pelo IASB é um processo que envolve diversos stakeholders, por meio de um processo de consulta pública que considera as opiniões e preferências dos constituintes quanto aos temas em debate (Alves, 2021).

Percebe-se que muito se tem discutido em termos práticos da contabilidade a partir da introdução da norma. Entretanto, cabe pensar também nas implicações em termos educacionais

a partir das normas internacionais (Bolzan et al., 2020; Souza et al., 2025). É sabido que os estudantes não entendem de modo completo o conteúdo das normas contábeis apenas pela leitura do documento (Nunes et al., 2016). Esse aspecto levanta a necessidade de investigar o potencial didático das normas. Assim, Salotti (2024) mostra que professores das disciplinas contábeis e financeiras serão importantes agentes no ensino dessas novas diretrizes. Entretanto, o autor não discute quais os impactos educacionais da norma de modo específico. A subseção seguinte busca discutir os conceitos da área contábil com foco na parte educacional, mostrando a relevância educacional dos conceitos presentes nas normas contábeis.

3. Método da Pesquisa

A pesquisa adotou uma estratégia de pesquisa documental, com abordagem qualitativa, analisando documentos relevantes divulgados pelo IASB no processo de tramitação da IFRS 18. Com base em uma análise dos documentos disponíveis no portal do IASB (IFRS Foundation, 2024b), elegeu-se os seguintes documentos para análise, considerando os objetivos da pesquisa (Tabela 5).

Tabela 5
Documentos Selecionados para Análise

Documento	Descrição	Classificação
<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i> (IFRS 18)	Texto oficial da norma contábil aprovada pelo IASB, que trata da apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.	Gênero de Prestígio
<i>Comment Letters (CL)</i>	Documento enviado por stakeholders em resposta a um pedido de consulta pública global do IASB no processo de elaboração da norma. Seu objetivo é apresentar opiniões, sugestões, críticas ou preocupações em relação a propostas de elaboração ou alteração das normas.	Gênero de Apoio
<i>Feedback Statement (FS)</i>	Documento que responde às contribuições recebidas nas <i>Comment letters</i> .	Gênero de Apoio
<i>Basis for Conclusions (BC)</i>	Documento que explica o raciocínio do IASB ao desenvolver a norma, incluindo as alternativas consideradas e as justificativas para as decisões tomadas.	Gênero de Apoio
<i>Effect Analysis (EA)</i>	Documento que analisa os efeitos esperados da norma sobre as entidades, os usuários das demonstrações financeiras e a economia em geral.	Gênero de Apoio

Fonte: Elaborado pelos Autores com base em IFRS Foundation (2024b)

Além da norma em si, foram encontrados na página no IASB documentos classificados como materiais educacionais, com base em consulta realizada em abril/2025. Entretanto, nem todos eles foram considerados na análise, devido ao seu formato. Sendo assim, os documentos foram classificados com base em alguns conceitos da Teoria dos Gêneros Discursivos (Tabela 2), como a distinção entre gêneros de prestígio e gêneros de apoio. A IFRS 18, aprovado pelo IASB, configura-se como gênero público e prestigiado, servindo como documento central que estabelece relações intertextuais com o *Basis for Conclusions*, que expõe o raciocínio e as justificativas do IASB, e com o *Effect Analysis*, que antecipa os impactos esperados da norma, caracterizando uma rede de gêneros discursivos.

Na sequência, a cadeia de gêneros inicia-se com as *Comment letters*, seguida pelo *Feedback Statement*, que responde oficialmente às contribuições recebidas, e culmina na publicação final da norma, demonstrando como esses documentos de apoio validam e

sustentam o processo normativo. Desse modo, *Basis for Conclusions*, *Comment letters*, *Feedback Statement* e *Effect Analysis* operam como gêneros de apoio à legitimação e compreensão da IFRS 18, em consonância com a distinção entre gêneros de prestígio e gêneros de apoio na Teoria dos Gêneros Discursivos (Swales, 1996; Swales, 2004; Bezerra, 2023). A coleta de dados aplicada à norma (IFRS 18), bem como o *Feedback Statement*, *Basis for Conclusions* e *Effect Analysis* consistiu na extração dos itens e parágrafos desses documentos, que foram organizados em um arquivo do Microsoft Excel, de modo a facilitar a análise qualitativa.

Tabela 6

Exemplo de Categorização dos Documentos Elaborados pelo IASB

Documento	Seção	Página	Item (Número)	Texto (Tradução)	Categoria
International Financial Reporting Standard 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	Escopo	5	6	Esta Norma utiliza terminologia adequada para entidades com fins lucrativos , incluindo entidades empresariais do setor público . Se entidades com atividades sem fins lucrativos no setor privado ou no setor público aplicarem esta Norma, poderão precisar alterar as descrições utilizadas para itens específicos, categorias, subtotais ou totais nas demonstrações financeiras e nas próprias demonstrações financeiras.	Comunidade Discursiva

Fonte: Elaborado pelos Autores

Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo, de modo que as categorias foram estabelecidas de forma dedutiva com base na literatura. No exemplo da Tabela 6, a coluna “categoria” mostra a classificação teórica do conteúdo do documento conforme os objetivos da pesquisa. A categorização seguiu os elementos teóricos da Teoria dos Gêneros Discursivos, conforme a abordagem de Swales (1990), que analisa como os gêneros emergem dentro das comunidades discursivas para atender a propósitos comunicativos específicos.

Tabela 7

Conceitos Principais da Abordagem de Swales para o Estudo dos Gêneros Discursivos

Categoria	Descrição
Propósito Comunicativo	Aspectos relativos aos objetivos e propósitos do gênero/documento.
Evento Comunicativo	Aspectos relativos à forma e estrutura do gênero/documento.
Comunidade Discursiva	Aspectos relativos aos grupos de pessoas e comunidades envolvidos na utilização do gênero/documento.

Fonte: Adaptado de Bezerra (2023)

A análise dos documentos seguiu os três passos propostos por Bardin (2011) para a análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na pré-análise realizou-se a leitura inicial, com o objetivo de compreender o contexto geral do conteúdo. A seguir, na etapa de exploração do material, ele foi organizado conforme as categorias dedutivas, fundamentadas na Teoria dos Gêneros Discursivos, conforme a abordagem de Swales (1990) e exemplificado na Tabela 6. Na etapa de tratamento dos resultados, os dados foram organizados e analisados à luz dos objetivos da pesquisa. Essa última etapa envolveu dois dos autores da pesquisa, que analisaram e categorizaram cada item e depois validaram entre si os resultados. A participação de mais de autor nessa etapa foi

necessária para diminuir possíveis vieses na categorização, bem como permitir a visão de mais de um pesquisador acerca dos dados analisados.

Cabe esclarecer que a análise da norma (IFRS 18), bem como o *Feedback Statement*, *Basis for Conclusions* e *Effect Analysis*, seguiu esses procedimentos, sendo realizada de forma eletrônica pelos pesquisadores, a partir do registro em planilha. No que se refere às *Comment letters*, considerando o elevado número de documentos (216), optou-se por utilizar o ChatGPT Versão Plus como ferramenta de apoio. Para tanto, cada arquivo eletrônico que correspondia a uma *Comment Letter* foi submetido individualmente à inteligência artificial por meio de um *prompt* previamente elaborado, que orientava a análise em relação às três categorias definidas na Tabela 7. Além disso, o modelo foi instruído a identificar potenciais implicações educacionais mencionadas nas cartas. Ressalta-se que todas as análises realizadas pela inteligência artificial foram revisadas e validadas pelos pesquisadores, de modo que os resultados validados foram incluídos em uma planilha de Excel, e discutidos em conjunto entre os autores.

4. Resultados da Pesquisa

4.1 Caracterização dos Documentos Analisados

O corpus reúne a IFRS 18 (gênero de prestígio) e os gêneros de apoio — *Basis for Conclusions* (BC), *Feedback Statement* (FS) e *Effect Analysis* (EA) — além de 216 comment letters. A IFRS 18 (180 páginas, aprovada pelo IASB em abr/2024) concentra os requisitos técnicos; os materiais de apoio “acompanham, mas não fazem parte” da norma, registrando racionalidades, respostas do Board e avaliação de efeitos (BC, 178 págs.; FS, 31 págs.; EA, 64 págs.) (IFRS Foundation, 2024a; 2024b).

Em relação às *Comment Letters*, percebe-se que os *stakeholders* que enviaram manifestações acerca da norma são dos mais diversos tipos, abrangendo todos os continentes, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9
Stakeholders versus Localidade

<i>Stakeholder</i>	África	América	Ásia	Europa	Oceania	Não Especificada	TOTAL
Profissionais	0	0	1	3	0	4	8 (3,7%)
Preparadores	0	13	9	36	2	4	64 (29,6%)
Auditores	1	1	0	7	0	1	10 (4,6%)
Instituições Financeiras	1	4	4	34	2	2	47 (21,8%)
Entidades Representativas	9	6	9	7	3	1	35 (16,2%)
Reguladores	2	7	12	16	1	2	40 (18,5%)
Academia	0	5	2	4	1	0	12 (5,6%)
TOTAL	13 (6%)	36 (16,7%)	37 (17,1%)	107 (49,5%)	9 (4,2%)	14 (6,5%)	216 (100%)

Fonte: Elaborada pelos Autores

A Tabela 9 evidencia a predominância europeia (107; 49,5%), seguida por Ásia (37; 17,1%) e Américas (36; 16,7%); África (13; 6,0%) e Oceania (9; 4,2%) têm participação menor. Por tipo de emissor, sobressaem preparadores (64; 29,6%), instituições financeiras (47; 21,8%) e reguladores (40; 18,5%); a academia representa 12 cartas (5,6%). Nota-se, em relação às implicações educacionais, que os representantes da academia têm, portanto, menor representatividade. Essa distribuição sugere que entidades que lidam mais com a prática e a regulação contábil se preocuparam mais em opinar sobre as mudanças advindas da IFRS 18.

O posicionamento é majoritariamente “qualificado”: a maioria combina apoios e ressalvas, com poucos extremos (15 oposições fortes; 12 apoios sem reservas). Esse padrão é consistente com achados de Araújo et al. (2015) sobre consultas públicas, ressalvada a diferença de escopo (no estudo citado, tratava-se de termo da Estrutura Conceitual; aqui, de uma norma completa).

4.2 Categoria: Propósito Comunicativo

É o propósito que justifica a existência de um determinado gênero textual. Ele é o que influencia e pode determinar a forma, o conteúdo e a estrutura do texto. Os trechos extraídos dos documentos analisados evidenciam propósitos comunicativos distintos e complementares. A IFRS 18 assume orientação normativa/instrucional: “Esta Norma estabelece requisitos para a apresentação e divulgação [...] para ajudar a garantir [...] informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas de uma entidade.” (IFRS 18). A EA explicita custos e benefícios esperados e o processo de avaliação (“[o IASB] avalia os prováveis custos e benefícios [...] com base em pesquisas, análises e consultas” – EA), enquanto o FS descreve questões levantadas por stakeholders e as respostas do IASB. Assim, a finalidade central é orientar, justificar e dar transparência às decisões normativas para públicos técnicos.

Nos excertos da EA e do FS, observam-se objetivos de prestação de contas e engajamento: publicação de relatório de efeitos quando da emissão de normas relevantes; coleta de dados (DFs 2021–2022 sob IFRS) e retorno estruturado às contribuições do *Exposure Draft*. Em paralelo, as *comment letters* cumprem propósito avaliativo e propositivo, buscando influenciar o texto final. Exemplos típicos: discordância sobre escopo e forma de *management performance measures* (MPMs) (Edison Electric Institute); recomendação de ampliar requisitos de MPMs para medidas além de lucro/prejuízo (ESMA); e preocupação com utilidade decisória das MPMs não permitidas fora das DFs (AAA). O foco dominante permanece técnico-normativo.

A IFRS 18 e seus documentos complementares apresentam propósitos comunicativos definidos pelo contexto institucional e regulatório do IASB, voltados a assegurar transparência, comparabilidade e fidedignidade das informações financeiras. O IASB se dirige simultaneamente a diferentes públicos, como empresas, investidores e reguladores, ajustando seu discurso conforme o propósito comunicativo de cada documento (normativo, explicativo ou consultivo). Apesar de os documentos apresentarem propósitos informativos e explicativos, não se observa neles um propósito de fato educacional.

Nota-se um apelo maior para as empresas em si que irão aplicar a norma, bem como as demais partes interessadas. Por exemplo, na *Effect Analysis*, IASB menciona que avalia custos e benefícios para as empresas que elaboram as demonstrações contábeis, bem como para os usuários, os quais o próprio documento nomeia como investidores. Porém, os efeitos da norma nas instituições de ensino não são abordados. Esse achado assemelha ao que afirmam Souza et al. (2025) em relação à Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00), que é um

documento de base para diversas normas contábeis, e que não foi pensada para propósitos educacionais, porém é utilizada nesse contexto.

Em relação às *comment letters*, seu propósito comunicativo é predominantemente avaliativo e propositivo, centrado na intenção de influenciar o processo normativo da IFRS 18. É o esperado, considerando o contexto de que o IASB deve considerar as opiniões e posicionamentos de diferentes *stakeholders* em relação à minuta inicial da norma, antes de decidir sobre o texto e diretrizes da norma que seja publicada. Desse modo, os autores das cartas buscam identificar fragilidades conceituais, sugerir melhorias e alternativas de redação, bem como justificar suas posições. Em muitos casos, os comentários combinam concordância e discordância com pontos específicos do *Exposure Draft*. A linguagem utilizada evidencia a intenção de contribuir para a construção da norma.

Em síntese, implicações educacionais explícitas são raras nos propósitos educacionais dos documentos analisados, o que se explica, em parte, pela sua função regulatória e pelo perfil dos emissores mais frequentes (preparadores, reguladores e instituições financeiras).

4.3 Categoria: Evento Comunicativo

O evento comunicativo, segundo Swales (1990), envolve não apenas a produção de um texto, mas a ocorrência de um gênero dentro de um contexto social específico. No caso da IFRS 18, a norma pode ser compreendida como parte de um evento comunicativo institucionalizado dentro da comunidade discursiva contábil, que é a publicação periódica de demonstrações contábeis por parte das entidades. A partir desse evento, e pela necessidade de padronizar essa comunicação, órgãos reguladores e normativos (como o IASB) produzem documentos técnicos destinados a orientar a prática contábil no contexto internacional.

Hanks (1987) entende que os gêneros são formas de ação social situadas, que se materializam em práticas discursivas concretas dentro de contextos históricos e institucionais específicos. Essa perspectiva se aproxima da noção de evento comunicativo proposta por Swales (1990), pois, para Hanks (1987), o discurso não pode ser separado das condições em que é produzido, dos agentes que o enunciam e das relações de poder que o sustentam. Dentro desse contexto, a IFRS 18 também se insere em um evento comunicativo, em que o IASB atua como mediador das práticas discursivas e técnicas da comunidade contábil global.

Nessa perspectiva, a IFRS 18 integra um evento comunicativo institucionalizado que padroniza práticas de reporte em rede intertextual. Observa-se: (i) alinhamento estrutural da norma às peças das demonstrações (DRE, resultado abrangente, posição financeira, DMPL, notas); (ii) intertextualidade com IAS 1, IAS 2, IAS 7, IAS 8 e IAS 34 (p.ex., aplicação retrospectiva de acordo com IAS 8; exigências para relatórios intermediários conforme IAS 34; definição de itens conforme IAS 2); e (iii) remissões internas (objetivo das DFs no §9; relevância, §§19 e B1–B5; regras específicas para derivativos nos §§60–61 e B70–B76). Exemplo representativo: “O *Exposure Draft* propôs exigir que uma empresa aplique o IFRS 18 retrospectivamente, de acordo com o IAS 8 [...]” (FS).

Essa prática evidencia que o discurso das normas não é autônomo nem autoexplicativo, mas opera dentro de uma rede textual e normativa que se apoia em inter-relações para produzir sentido. Desse modo, a IFRS 18 não é um texto isolado, mas parte de um conjunto de documentos que formam o contexto que dá sentido a ele.

Em relação às *comment letters*, nota-se características semelhantes, de modo que o evento apresenta estrutura típica e reconhecível de uma carta formal dirigida ao IASB e segue a estrutura formal, com linguagem técnica, objetiva, uso de terminologia contábil e referências normativas. Costuma ser composta pela identificação do *stakeholder*, saudação formal, respostas a questões do *Exposure Draft* por tópicos, em que o *stakeholder* manifesta suas

concordâncias e discordâncias. Assim, o que se percebe é um evento comunicativo próprio das normas e práticas contábeis, se distanciando de elementos educacionais.

Em outras palavras, a IFRS 18, enquanto evento comunicativo, revela certa complexidade do discurso normativo contábil. Porém, estudos vêm demonstrando que isso não é suficiente, por si só, para garantir a apropriação conceitual dos leitores em formação, especialmente porque opera dentro de uma comunidade discursiva especializada que exige conhecimento prévio. Assim, o docente deve desenvolver estratégias que ajudem os alunos a compreender esses conceitos, bem como sua utilização no contexto do gênero discursivo.

4.4 Categoria: Comunidade Discursiva

Uma comunidade discursiva é um grupo de pessoas que utiliza determinados gêneros textuais específicos e seguem convenções próprias de linguagem. Bezerra (2023) mostra que a Teoria dos Gêneros Discursivos busca entender como as práticas de linguagem refletem as expectativas e normas de uma comunidade discursiva.

Em sua análise sobre os textos maias coloniais, Hanks (1987) demonstra que os discursos são produzidos e interpretados dentro de comunidades específicas, cujos membros compartilham convenções linguísticas, estilos comunicativos e propósitos sociais. Cada comunidade, nesse sentido, estrutura sua própria forma de dizer e de compreender o mundo, o que se reflete na organização dos gêneros que utiliza. A IFRS 18 expressa as práticas discursivas da comunidade contábil internacional, especialmente a formada por reguladores, preparadores de demonstrações financeiras, auditores e investidores. Essa comunidade compartilha um repertório técnico e terminológico comum, que demarca sua identidade e distingue seu modo de comunicação de outros campos profissionais.

Em relação à IFRS 18, entende, portanto que a comunidade discursiva predominante é formada por entidades que reportam, preparadores, auditores, reguladores, investidores e demais usuários de demonstrações, com repertório terminológico e expectativas comunicativas compartilhadas (comparabilidade, transparência, fidedignidade). A centralidade da “entidade” é explícita em definições e requisitos, por exemplo: “Uma entidade deve classificar na categoria operacional todas as receitas e despesas [...] que não sejam classificadas em: (a) investimento; (b) financiamento; (c) imposto de renda; (d) operações descontinuadas.” (IFRS 18). Embora outros usuários sejam citados, o foco recai sobre investidores e credores, coerente com a orientação para reporte corporativo com fins lucrativos da Estrutura Conceitual Básica (Czajor, 2024).

Em relação às *comment letters*, a comunidade discursiva está bastante presente nelas, devido ao fato de ser a comunidade discursiva das normas que as escrevem. A comunidade discursiva nos exemplos apresentados é composta por profissionais individuais, preparadores de informações financeiras, auditores, instituições financeiras, entidades representativas, reguladores e academia (Tabela 9). Todos compartilham um conjunto de práticas próprias. Essa comunidade se caracteriza como internacional, envolvendo atores de diferentes países e instituições, mas com interesses e objetivos relacionados à influência da normatização.

Salotti (2024) já dá indícios dessa comunidade, indicando implicações práticas em *stakeholders* específicos, como contadores, auditores, reguladores, usuários (investidores e credores), empregados, governos, professores e pesquisadores. A análise das *comment letters* revela um agrupamento um pouco diferente, mas que contempla a maioria dos grupos indicados por Salotti (2024). Os resultados da presente pesquisa demonstram também que o nível de participação deles é desnivelado, em que boa parte é representado por preparadores de informações financeiras e há pouca participação da academia (professores e pesquisadores).

A incipiente participação da academia ou aos pesquisadores nos documentos de apoio evidencia uma lacuna importante: o pouco cuidado com a dimensão educacional no processo normativo contábil. Apesar do papel que professores e pesquisadores desempenham na formação de profissionais e no aprofundamento teórico da contabilidade, eles não são reconhecidos como interlocutores relevantes na comunicação oficial do IASB. Se a construção das normas contábeis é um processo técnico, político e social, o ensino contábil não pode estar marginalizado nesse contexto. É necessária postura mais proativa dos docentes.

Apesar disso, os chamados gêneros de apoio, como os *Feedback Statements*, documentos de orientação e ilustrações de aplicação, podem funcionar como importantes instrumentos de ensino e aprendizagem. Mesmo que elaborados principalmente para os preparadores da informação contábil, esses gêneros são informativos e explicativos, conforme demonstrado nos resultados, com contextualizações e justificativas que contribuem para uma compreensão do contexto das normas. Se adequadamente utilizados, podem suprir a carência de materiais pedagógicos voltados ao ensino das normas internacionais que o IASB deixou.

Assim o IASB ocupa a posição de autoridade discursiva. A elaboração e revisão da norma, o diálogo com *stakeholders* por meio das *comment letters* e a publicação de documentos de apoio (como o *Feedback Statement* e o *Effects Analysis*) configuram práticas comunicativas que mantêm a coesão e a legitimidade dessa comunidade. A IFRS 18 é, portanto, um produto discursivo que reforça a existência de uma comunidade, cuja linguagem é orientada por propósitos institucionais e valores de precisão, padronização e transparência, por exemplo. Ou seja, apesar de a academia participar marginalmente desse processo, ela também integra essa rede discursiva que sustenta a produção, circulação e ensino das normas internacionais de contabilidade.

4.5 Implicações Educacionais da IFRS 18

A análise das *comment letters* evidenciou a presença pontual, porém relevante, de preocupações educativas no debate sobre a IFRS 18. Embora a maioria dos acadêmicos tenha se concentrado em efeitos técnicos e práticos, alguns emitentes, como grupo da FEA-USP, Michael Williams e Christian Stadler, destacaram impactos no ensino e na compreensão da norma. Williams observou que a redução de alternativas na DFC favorece o ensino da comparabilidade; já Stadler alertou que divergências conceituais entre DRE e DFC confundem estudantes e sugeriu padronização terminológica.

Além do meio acadêmico, o FRC de Bangladesh apontou que a nova apresentação do lucro operacional facilitará aprendizagem e prática. A AAA demonstrou uso explícito de pesquisa científica para embasar posições, reforçando a articulação entre produção acadêmica e normatização. Do total de 12 representantes acadêmicos, apenas quatro mencionaram implicações educacionais de modo explícito; os demais priorizaram discussões técnicas, embora temas como clareza, consistência e comparabilidade tenham efeitos educacionais indiretos.

Desse modo, a contribuição prática da presente pesquisa está em chamar atenção para as implicações educacionais das mudanças normativas, a exemplo da IFRS 18. Baseado no contexto de IFRS 18, percebe-se que as implicações educacionais, apesar de relevantes, não são enfatizadas nas discussões e publicações do IASB. Assim, a Figura 1 foi elaborada pelos autores com a proposição de recomendações práticas para dois agentes principais que têm o potencial de mudar esse cenário, sob a lente da Teoria dos Gêneros Discursivos: a academia e o IASB / órgãos reguladores.

Figura 1

Recomendações Práticas para a Incorporação de Normas Contábeis

Propósito Comunicativo

- O propósito comunicativo, ou seja, a intenção de comunicação precisa ir além da parte normativa e prática. O intuito do discurso não pode apenas considerar a clareza da norma e/ou das informações financeiras geradas com base nela para os usuários, apesar de isso também ser importante. O que precisa também configurar com mais ênfase no propósito comunicativo são as implicações educacionais decorrentes da norma, o que apenas a comunidade discursiva, ou seja, a academia, poderá fazer. O IAS também pode ir além do propósito informativo e explicativo em seus gêneros de apoio, divulgando outros documentos com foco educacional, em complemento ao Feedback Statement, Effect Analysis e Basis for Conclusions.

Evento Comunicativo

- O evento comunicativo, o que se refere ao documento publicado, depende do seu propósito. Desse modo, as Comment Letters, elaboradas pelos stakeholders, bem como Feedback Statement, Effect Analysis e Basis for Conclusions e a própria norma, seguem padrões mais formais. A elaboração e divulgação de documentos com focos mais educacionais, conforme mencionado acima, que podem ter como público-alvo estudantes e acadêmicos, pode apresentar uma linguagem mais simples e próxima dos universitários ou profissionais que estejam em contato com a norma para fins de aprendizagem.

Comunidade Discursiva

- A academia, na figura de professores, pesquisadores e representantes de instituições de ensino superior, em geral, precisa estar mais presente nas discussões normativas. E além disso, precisa estar presente com preocupações específicas para o ensino e aprendizagem de normas. O que se observa é que preparadores e reguladores têm o potencial de influenciar muito mais as normas do que a academia, por estarem mais próximos, respectivamente, das práticas e aspectos regulatórios. Apenas quem conhece as dores e dificuldades da academia é quem está nela. Desse modo, apenas acadêmicos podem ser mais enfáticos em buscar uma normatização que considere com mais cuidado seus interesses e necessidades. Chama-se a atenção para que a academia reflita mais sobre as implicações em termos de ensino e aprendizagem para as mudanças normativas. Isso não será feito apenas com mais representantes acadêmicos enviando Comment Letters ao IASB, mas essas cartas precisam de fato mostrar, considerar e argumentar possíveis dificuldades de ensino e aprendizagem a partir das normas, bem como possíveis sugestões de adaptações a partir disso.

Fonte: Elaborada pelos Autores

No plano teórico, o estudo complementa trabalhos como Lee (2024) e Neves (2024), trazendo o eixo educacional e dialogando com autores que defendem ensino das IFRS como prática discursiva e social (Coetzee et al., 2016; Hughes, 2017; Dong et al., 2019; Barth, 2022). A partir da Teoria dos Gêneros, a IFRS 18 pode ser trabalhada educativamente nas três pedagogias (Devitt, 2009; Bezerra, 2023):

- Partícula — explorar estrutura formal, vocabulário e convenções da norma;
- Onda — analisar a evolução discursiva via IAS 1, BC e *comment letters*;
- Campo — relacionar a norma às práticas sociais, atores e efeitos no campo contábil.

Essa abordagem integrada reforça que ensinar normas é formar competência interpretativa e julgamento profissional, não apenas transmitir regras. Dado que a IFRS 18 não encerra o ciclo de mudanças normativas (Czajor, 2024), as implicações e recomendações discutidas tendem a ser úteis também para futuras revisões.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo verificar como a IFRS 18 se caracteriza enquanto um gênero discursivo, bem como as implicações disso em termos educacionais. Para isso, foi realizada uma análise documental qualitativa, baseada na Teoria dos Gêneros Discursivos, examinando documentos emitidos pelo IASB, sendo eles a norma IFRS 18, as *Basis for Conclusions*, o *Feedback Statement*, a *Effect Analysis* e as *Comment Letters*. A análise foi operacionalizada por meio da categorização de conteúdos nas dimensões de propósito comunicativo, evento comunicativo e comunidade discursiva, categorias presentes na Teoria dos Gêneros Discursivos.

Os resultados mostram que o propósito comunicativo central da IFRS 18 e de seus documentos correlatos é normativo e instrucional, dirigido principalmente a entidades preparadoras e usuários da informação contábil, mas sem foco explícito no campo educacional. No aspecto do evento comunicativo, foi identificada uma forte intertextualidade. Por exemplo, a norma dialoga com documentos antecedentes e outros normativos, exigindo, para sua plena compreensão, conhecimento do contexto histórico e das inter-relações normativas. Na dimensão da comunidade discursiva, observou-se a centralidade das entidades, investidores e reguladores, enquanto a academia aparece marginalmente, sem destaque como público relevante, apesar de possuir papel importante na formação e disseminação de conhecimento.

Além disso, a análise da tríplice pedagogia de Amy Devitt (partícula, onda e campo) mostra que o ensino da IFRS 18 pode ser enriquecido ao integrar aspectos formais da norma, seus processos históricos e seu contexto social. O nível da partícula envolve ensinar a estrutura e o vocabulário técnico; a dimensão da onda destaca a importância de entender os antecedentes e transformações que moldaram a norma; e a dimensão do campo ressalta a necessidade de situar a norma dentro das práticas institucionais e sociais mais amplas.

Os resultados trazem implicações práticas relevantes. Primeiro, muito se fala na distância entre a academia e a prática. No caso da IFRS 18, a publicação antecipada e o esforço em discutir as implicações educacionais antes de ela entrar em vigor pode ser uma forma de a teoria se antecipar à prática. Esse movimento sugere uma oportunidade para que o ensino contábil se adiante às demandas normativas, permitindo que docentes e estudantes se preparem com antecedência para as mudanças, fortalecendo a conexão entre o mundo acadêmico e o profissional.

Segundo, as normas são convergidas localmente pelos países, que, com exceção dos países nativos em língua inglesa, precisam realizar tradução da norma original para o idioma local, o que gera implicações para os normatizadores locais nos países. A eventual ausência de clareza na norma original em inglês poderá afetar o processo de convergência, gerando efeitos tanto no processo educacional quanto na interpretação para a aplicação das normas pelos países.

Por fim, quando uma nova estrutura é criada, eventuais efeitos de *path dependence* não podem ser desprezados. Considerando que a IFRS 18 se trata de uma norma que introduz novos conceitos e uma nova lógica de divulgação da informação contábil, a sua interpretação e implementação inicial são relevantes, dado que mudanças posteriores são mais difíceis do que a ocorrida na fase inicial, por incorrerem em custos de mudança, e surgirem efeitos de proteção de grupos de interesse.

Conclui-se que, com base nas evidências apresentadas, o ensino e a aprendizagem das normas contábeis, como a IFRS 18, devem ultrapassar a transmissão de conteúdo técnico e incorporar dimensões linguísticas, cognitivas e sociais do conhecimento contábil. Compreender as normas implica desenvolver competências discursivas e interpretativas que permitam aos estudantes atribuir sentido ao texto normativo e aplicá-lo criticamente no contexto profissional. Nesse sentido, o uso de metodologias ativas, a valorização das diferenças

socioculturais e o estímulo ao pensamento crítico e ao julgamento profissional configuram caminhos pedagógicos que auxiliam na promoção e na apropriação efetiva do gênero normativo contábil e preparar futuros profissionais capazes de dialogar com a complexidade e a dinamicidade das IFRS.

Entre as limitações deste estudo está o uso exclusivo de algumas fontes documentais, sem dados empíricos que captem a percepção direta de docentes, estudantes, pesquisadores e profissionais sobre os desafios educacionais impostos pela IFRS 18. Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de investigações empíricas que explorem como esses agentes lidam com os impactos da norma, bem como considerem suas percepções e experiências a partir dessa mudança normativa no contexto educacional.

Referências

- Alves, A. M. de M. (2021). *Uma análise da mudança do conceito do ativo na nova estrutura conceitual do IASB: Qual o efeito do lobbying dos grupos de interesse?* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40290>
- Araujo, G. C. G. (2024). Como os suportes revista, jornal e internet impactam a produção do gênero discursivo reportagem. *Linha D'Água* 37(1), 268-282. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v37i1p268-282>
- Araújo, V. R. B. S. de, Gomes, A. K. de L., Lucena, W. G. L., & Paulo, E. (2015). Análise das opiniões emitidas nas cartas comentários sobre o termo prudence. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 9(2). <https://doi.org/10.17524/repec.v9i2.1231>
- Ballagó, J. (2023). Role of discursive structure in the genre specification of online discourses. *Studia Linguistica Hungarica*, 35, 5-23. <https://doi.org/10.54888/slh.2023.35.5.23>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bezerra, B. G. (2023). *Teorias de gêneros textuais/discursivos*. UNICAP Digital
- Bolzan, G., Vendruscolo, M. I., Sallaberry, J. D. & Diehl, W. (2020). O ensino de ciências contábeis e o processo de convergência ao International Financial Reporting Standards. *Revista Ambiente Contábil*, 12(1). <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n1ID19618>
- Coetzee, S. A., Janse van Rensburg, C., & Schmulian, A. (2016). *Differences in students' reading comprehension of International Financial Reporting Standards: A South African case*. *Accounting Education*, 25(4), 306–326. <https://doi.org/10.1080/09639284.2016.1191269>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2011). *CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis*. <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>
- Czajor, P. (2024). *IFRS 18: Advancing the relevance and utility of financial statements for stakeholders*. *European Research Studies Journal*, 27(S2), 265-275. <https://doi.org/10.35808/ersj/3650>
- Devitt, A. J. (2009). Teaching critical genre awareness. In: Bazerman, C., Bonini, A., & Figueiredo, D. (Eds.). *Genre in a changing world* (pp.337–351). The WAC Clearinghouse; Parlor Press.
- Dong, N., Bai, M., Zhang, H., & Zhang, J. (2019). *Approaches to learning IFRS by Chinese accounting students*. *Journal of Accounting Education*, 48, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2019.04.002>

- Flores, E. (2024). *Breves comentários sobre a IFRS 18* [Apresentação de slides]. Universidade de São Paulo.
- Grant Thornton. (2024). *Navigating the changes to International Financial Reporting Standards – 2024 Edition*. Grant Thornton International Ltd.
- Hanks, W. F. (1987). Discourse genres in a theory of practice. *American Ethnologist*, 14(4), 668-692.
- Hughes, S. B. (2017). *Student-authored IFRS teaching cases based on European Securities and Markets Authority reports: Experiences from case writing and subsequent classroom use*. *Journal of Accounting Education*, 41, 58-74. <https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2017.09.001>
- International Financial Reporting Standards Foundation. (2024a). *IFRS 18: Presentation and disclosure in financial statements*. International Accounting Standards Board.
- International Financial Reporting Standards Foundation. (2024b). *IFRS 18 supporting material*. International Accounting Standards Board. <https://www.ifrs.org/supporting-implementation/supporting-materials-by-ifrs-standards/ifrs-18/>
- Jackling, B. (2013). Global Adoption of International Financial Reporting Standards: Implications for Accounting Education. *Issues in Accounting Education*, 28(2), 209-220. <https://doi.org/10.2308/iace-50391>
- Lee, S. H. (2024). *Establishment of IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements: Its Impact and Implications*. Korea Capital Market Institute.
- Neves, H. C. (2024). *IFRS 18 implementation in Brazilian enterprises: Challenges and opportunities*. *International Journal of Business Administration*, 15(2), 102-115. <https://doi.org/10.5430/ijba.v15n2p102>
- Nunes, I. V., Marques, A. V. C., & Costa, P. de S. (2016). Nível de Conhecimento dos Discentes em Ciências Contábeis sobre o Pronunciamento Conceitual Básico. *Revista Universo Contábil*, 12(1), 87-104. <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/4533>
- Salotti, B. M. (2024). IFRS 18 – A nova norma de apresentação das demonstrações financeiras: principais mudanças, implicações práticas e oportunidades de pesquisa. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 18(3), 427-436. <https://doi.org/10.17524/repec.v18i3.3583>
- Santos, G. B. de B. dos., Bortoluzzi, V. I., & Ghisleni, T. S. (2021). The genre: Concepts and theoretical developments. *Research, Society and Development*, 10(2). <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i2.12718>
- Souza, B. B. de, Miranda, G. J., Azevedo, R. R. de. (2025). The conceptual framework for financial reporting: Educational Implications. *Accounting Education*. <https://doi.org/10.1080/09639284.2025.2466423>
- Swales, J. M. (1990) *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge University Press.
- Swales, J. M. (1996). Occluded genres in the academy: The case of the submission letter. In E. Ventola & A. Mauranen (Eds.). *Academic writing: Intercultural and textual issues* (pp. 45-58). John Benjamins.
- Swales, J. M. (2004). *Research genres: Exploration and applications*. Cambridge University Press.